

XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## **Análise da relação entre o campesinato e a efetividade das políticas de reforma agrária no Sul do Pará no pós-1985**

*Analysis of the relationship between the peasantry and the effectiveness of agricultural reform policies in the South of Pará in the post-1985*

Vinícius Meireles Maciejewsky Rocha; FACECON-ICSA/UFPA; vmaciejewsky@hotmail.com.

RESUMO: O início da Nova República (1985) e os planos nacional de reforma agrária (1985 e 2003) indicaram o início de um novo capítulo para a execução da reforma agrária em benefício das comunidades tradicionais residentes na região. O campesinato no Sul do Pará, apesar de sua presença secular, ainda enfrenta diversos conflitos na sua luta pelo direito de acesso a terra. Apesar disso, a força da Oligarquias locais e do grande capital – principalmente na forma do agronegócio – e a ineficiência do Estado em resolver a questão agrária e promover a reforma agrária de maneira efetiva, apresentando resultados questionáveis, motivou uma cada vez maior organização política dos camponeses, principalmente em torno de movimentos sociais em prol da reforma e o uso sustentável da terra.

Palavras-chave: Reforma agrária, Campesinato, Sul do Pará, Mercantilização da terra, Assentamentos.

ABSTRACT: With the end of the military dictatorship in Brazil and the beginning of the New Republic (1985) and the national plans for agrarian reform (1985 and 2003) indicated the beginning of a new chapter for the implementation of agrarian reform for the benefit of traditional communities residing in the region. The peasantry in southern Pará, despite its secular presence, still faces several conflicts in its struggle for the right of access to land. Despite this, the strength of local oligarchies and big capital – mainly in the form of agribusiness – and the inefficiency of the State in solving the agrarian question and effectively promoting agrarian reform, with questionable results, motivated an ever greater political organization of the peasants, mainly around social movements in favor of land reform and sustainable use.

Keywords: Land reform, Peasantry, Southern Pará, Land commodification, Settlements.

**JEL:** N0. N5. N56. N9. N96



## **Introdução**

A partir do século XX, a presença do campesinato no Sul do Pará<sup>1</sup> passa a ser afetada pela mercantilização da terra patrocinada pelo regime militar com a implantação da rodovia Transamazônica, o incentivo a imigração e os investimentos pelo grande capital, como consequência de incentivos fiscais e a criação de instituições que auxiliaram no desenvolvimento capitalista da região (CRISPIM, 2020). Com o fim do regime militar (em 1985), foi proposta uma mudança nas políticas da terra, com a reforma agrária ganhando uma nova ênfase sob a forma dos Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) e sua consumação na Constituição Federal de 1988. Com isso, nota-se uma possível nova perspectiva sobre mercantilização e o uso da terra, e como elas passaram a transformar a região do Sul do Pará e as múltiplas formas de campesinato da região.

Como objetivo geral, busca-se apontar, neste trabalho, o processo histórico das relações do campesinato e as políticas de mercantilização da terra e reforma agrária no Sul do Pará no período de 1985 a 2000. De forma específica, busca-se investigar a atuação das instituições no processo de reforma agrária; analisar a realidade do Sul do Pará, principalmente relacionada ao campesinato, durante esse processo; analisar dados secundários que demonstrem esse processo de transformação. A metodologia aplicada deve envolver os aspectos históricos sobre o campesinato e sua compreensão de acordo com Costa e Carvalho (2012) e seu processo histórico no Sul do Pará segundo Crispim (2020), além da atuação do Estado no processo de reforma agrária, principalmente sob a forma dos Planos Nacionais de Reforma Agrária e a utilização de dados secundários advindos do IBGE e INCRA.

## **A luta e importância do campesinato pós-1985 no Sul do Pará**

Como colocado por Costa e Carvalho (2012), compreende-se o campesinato como um conjunto de famílias camponesas que vivem em um território e a partir dele retiram sua subsistência e realização a sua reprodução social, de acordo com as características que esse território exhibe, desde as naturais até as institucionais. Desta

---

<sup>1</sup> Compreende como as sub-regiões de Conceição do Araguaia e Marabá, como definido por Crispim (2020) - Tradição e Capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital.



forma, o território para o camponês é elemento essencial para sua existência e a caracterização do seu ser múltiplo – como as comunidades ribeirinhas e agroextrativistas – e histórico, onde mesmo inseridos no sistema capitalista, preservaram seu modo de vida.

Nota-se também que, a construção da autonomia camponesa é crucial para o campesinato se afirmar como classe social com interesses distintos da burguesia e mesmo do proletariado, tendo em vista que, a unidade produtiva camponesa é limitada pela capacidade de trabalho da família, que busca garantir sua reprodução social e buscar inovações no trabalho. Sendo assim, é evidenciado um padrão reprodutivo relacionado ao consumo da família e a manutenção dos meios de produção, com esse sistema demandando dos tipos de trabalho, para suprir as necessidades da família e produção, assim como para atender as condições de troca entre outros setores da sociedade (COSTA; CARVALHO, 2012).

Tem-se que, com o fim da ditadura militar (1985), o campesinato, mesmo já se firmando a séculos na região, ainda passa por uma continua luta pela preservação de seu território, por consequência, sua existência, contra a expansão capitalista, liderada principalmente pelas oligarquias locais, sobre o Sul do Pará (CRISPIM, 2020). Desta forma, os camponeses demonstram uma organização política cada vez mais forte, apoiados também pela chegada de religiosos católicos que ajudaram na organização e formação social/política, com as pastorais da terra. Esse movimento levou a integração desses diversos campesinatos vários movimentos sociais, com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a ser um dos principais motores da luta pela reforma agrária, a partir da capacitação das comunidades – desde técnicas agrícolas até seus direitos sobre a terra – e exercendo pressão no INCRA pela ocupação de terras ilegais e que não cumpriam com sua função social (HÉBETTE; MOREIRA, 2009).

Desta forma, o campesinato no Sul do Pará, ao lutar pelo seu direito de permanência e a preservação de suas tradições, passa a defender um modelo de reprodução que contribui com o manejo sustentável da terra e sua coletivização, como pode ser notado com as coberturas de mosaicos, que tratam de manter um sistema agroecológico. Isso se observa a partir da análise Costa e Carvalho (2012), que descreve



a organização camponesa visando a satisfação das necessidades da família, mantendo um equilíbrio entre a produção e a manutenção da terra, reforçando seu uso social e a manutenção de sua existência, além de gerar um excedente responsável pelo fortalecimento da segurança alimentar, pois não se limita ao modelo capitalista de monocultura e criação de gado, mas com suas múltiplas comunidades praticando desde a policultura, a psicultura e pequenas criações de animais (CRISPIM, 2020). Essa forma de relações não capitalista contesta o modelo capitalista, criando um evidente choque de fronteiras, com o modelo da terra como mercadoria e do agronegócio avançando sobre um resistente e cada vez mais bem organizado campesinato.

### **A Política Nacional de Reforma Agrária no período após a ditadura militar**

O Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecido pelo Decreto nº 91.766, de 1985, a partir disso, o PNRA se propõe:

estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (BRASIL, 1985, p. 3)

Desta forma, tratando o latifúndio como um inimigo a ser combatido (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019), se estabelecendo, em tese, como um programa de grande impacto socioeconômico no Brasil.

O PNRA tem como objeto impactar a estrutura fundiária a partir da desapropriação de imóveis rurais que não cumprissem com sua função social, garantindo a reprodução socioeconômica dos beneficiados e a produção de alimentos e matérias primas para o mercado interno, além da redução dos conflitos sociais e das pressões sociais das zonas urbanas (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Dito isso, foi necessário a determinação de instituições responsáveis pela aplicação dos objetivos do PNRA, com o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como as principais instituições responsáveis pelo processo, realizando a fomentação da participação social na reforma, a fiscalização do cumprimento da função social dos imóveis rurais, implementação de infraestrutura dos assentamentos e capacitação dos assentados,



participando de sua qualificação, identificação de tensões rurais e a regularização fundiária (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

Apesar disso, o PNRA, principalmente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), se caracterizou como uma “reforma agrária de mercado”, pois passou a utilizar de instrumentos do mercado financeiro para a integração dos beneficiados com a terra, tendo como exemplo o “Programa Novo Mundo Rural”, o “Programa de Acesso Direto à Terra” e o “Programa Cédula da Terra”, além da fundação do Banco da Terra (COELHO, 2016). Tem-se que o primeiro exemplo se caracteriza pelo desenvolvimento da agricultura familiar a inserindo a lógica de mercado, o segundo sendo conhecido como “reforma agrária pelos correios” pois consistia em preencher um formulário nos Correios visando ser beneficiado por algum projeto de reforma agrária, mas foi extremamente limitado pela própria deficiência estrutural dos Correios e do governo, e o último teria a função de estimular a união de grupos de sem-terra que buscava uma instituição financeira ou ligada a terra para a realização de uma proposta de assentamento e a liberação de crédito para sua realização (COELHO, 2016).

Além disso, verifica-se também a realização do PNRA II, estabelecido no governo Lula (2003-2011) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, que reconhece – pelo menos no discurso – a questão agrária como uma situação socioeconômica que necessitava de intervenção, dando maior diligência para temas como distribuição de renda e segurança alimentar (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Com isso, entre os projetos se pontua a intenção de assentar 400 mil famílias nos primeiros anos, a ampliação do cadastro da terra e sua regularização e o estímulo a crédito, além disso, projetos sociais, como levar educação, seguridade social e cultura ao campo (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Entretanto, o PNRA II acaba por se mostrar como movimento que busca aliciar as massas em prol de um projeto, exercendo uma política de ação regulatória, demonstrando uma maior aproximação dos interesses do mercado do que ao combate à concentração de terra e desigualdade social no meio rural (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).

Como resultado, nota-se a semelhança entre o II PNRA e o I PNRA, no sentido de que ambos não foram eficientes em seus objetivos, apresentando resultados fracos e,



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

no geral, empregando medidas que evitavam entrar em contradição com o mercado e as elites rurais, a partir de políticas que estimulavam o mercado de terra como meio de reforma agrária, sendo essa uma contradição quando se verifica a relação das comunidades camponesa com a terra (estas, as principais afetadas pela reforma agrária), ao invés da desapropriação das terras que não cumprissem com a sua função social (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019).





### **Política de Assentamentos no Sul do Pará no período de 1985-2000**

Os primeiros anos do I PNRA apresentaram um foco destinado ao processo de assegurar as condições necessárias para o estabelecimento dos assentamentos – contendo a expansão do latifúndio, atendendo as demandas sociais do campo e reformando o setor – com pouco avanço no estabelecimento dos assentamentos em si (SOBREIRO FILHO; CARDOSO; VALÉRIO, 2019). Por consequência, de acordo com os dados da tabela 1, os projetos de assentamentos (PA) no período de 1987 a 1991 apenas 23 PA são estabelecidos no Sul do Pará. Contudo, após esse primeiro período, os PA passam a demonstrar um crescimento exponencial, com os períodos de 1992 a 1996 e 1997 a 2000, totalizando, respectivamente, uma quantidade de 48 e 172 PA. Nota-se que, esse crescimento é impulsionado principalmente pela sub-região de Marabá, que apesar do baixo crescimento entre 1987 e 1996, estando atrás da sub-região de Conceição do Araguaia, dispara entre 1997 e 2000, crescendo de 19 para 101 PA. A partir disso, pode-se inferir, apesar do fraco crescimento nos primeiros anos, um avanço no I PNRA, em relação ao estabelecimento de PA para reforma agrária na região em análise.

Apesar disso, no Sul do Pará o crescimento dos PA não segue na mesma proporção o crescimento da área total dos PA, de acordo com os dados da tabela 1, enquanto a quantidade de PA parte de 23 para 48 entre 1987 e 1996, a área total decresce de 652.972,83 ha para 576.469,12 ha, enquanto de 1992 a 2000, a área total cresce de 576.469,12 ha para 1.214.792,83 ha, ante contínuo crescimento da quantidade de PA. Essas diferenças são mais evidentes quando se separa as sub-regiões, com Conceição do Araguaia mantendo um crescimento relevante de 191.072,81 ha para 292.284,83 ha nos primeiros períodos e indo para os 588.481,62 ha no período final, e Marabá passando por um decréscimo de 479.949,06 ha para 336.689,26 ha e crescendo para os 651.470,27 ha.



Tabela 1 - Quantidade de Projetos de Assentamentos nos municípios do Sul do Pará, 1987-91, 1992-1996 e 1997-2000

Região	Projeto de Assentamentos		
	1987-91	1992-96	1997-2000
	Área total		
Sub-região Conceição do Araguaia	191.072,81	292.284,83	588.481,62
Sub-região Marabá	479.949,06	336.689,26	651.470,27
Sul do Pará	652.972,83	576.469,12	1.214.792,83
Região	Quantidade de Projetos de Assentamentos		
Sub-região Conceição do Araguaia	12	29	66
Sub-região Marabá	11	19	101
Sul do Pará	23	48	172

Fonte: INCRA. Elaboração própria

Desta forma, é possível inferir que apesar do crescimento dos PA, sua área de ocupação por assentamento passa a ser comprimida, o que pode indicar a continuação de uma velha política que cerceia os assentados de tal forma que impede o seu crescimento em pressão do contínuo avanço do grande latifúndio, sustentado pela política local, em um movimento de frentes e fronteiras estabelecido por José de Souza Martins (1996), sendo esse movimento, essencialmente, um ambiente no qual entram em contato diferentes culturas, comunidades, histórias e visões de mundo, além disso, verifica-se esse contato como uma fronteira econômica, onde as relações capitalistas entram em contato relações sociais e econômicas voltada para a subsistência e a troca de produtos (ou mesmo a venda do excedente), com essa fronteira fazendo a separação e interação entre a frente pioneira – baseada no conceito de novos territórios, modernização e progresso, ligados ao mercado e a mudança das relações sociais – e a frente de expansão – ambiente já saturado, onde os que buscam novas oportunidades partem em direção à zona de expansão – indicando a influência do grande capital no estabelecimento dos PA, dada sua intenção de ampliação da produção e acumulação (MARTINS, 1996).

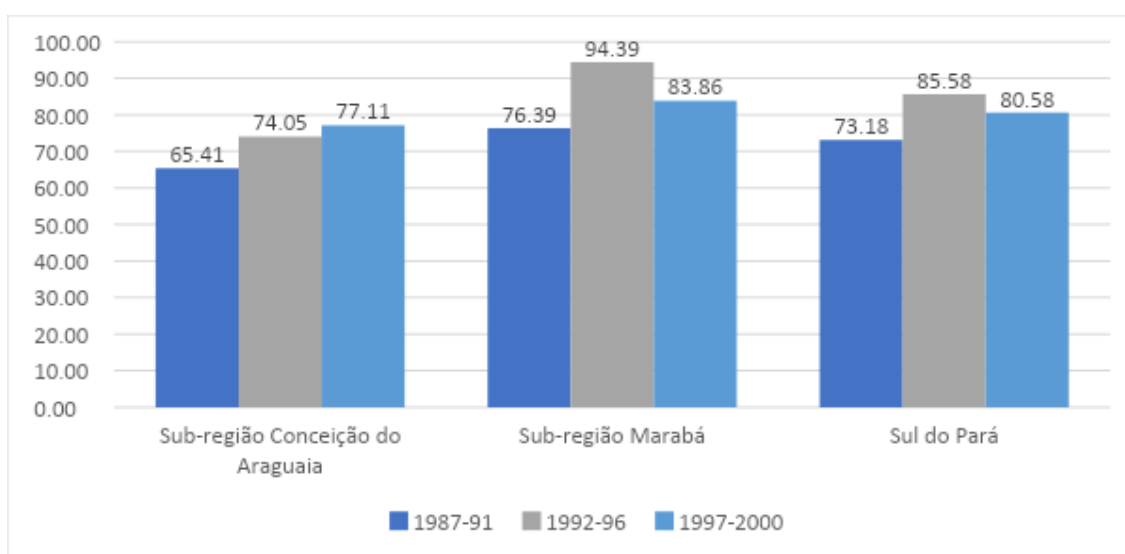
Isso pode ser verificado na taxa de ocupação dos assentamentos no Sul do Pará, segundo o gráfico 1, nota-se uma evolução na relação entre famílias assentadas e a capacidade dos assentamentos, com essa taxa chegando aos 80,58% no período de 1997 a 2000. Apesar disso, verifica-se uma queda dessa taxa em relação ao período anterior





(1992 a 1996), que apresentou uma taxa de 85,58%. Assim, com um crescimento de apenas 10% em 13 anos, é possível deprender dificuldades no processo de ocupação, possivelmente afetados por movimentos pró mercado no processo de reforma e nos processos necessários para se realizar o assentamento das famílias, dificultando a ocupação pelos camponeses e facilitando a entrada do grande capital nessas terras.

Gráfico 1 - Taxa de ocupação dos assentamentos em municípios do Sul do Pará, 1987-91, 1992-96 e 1997-2000



Fonte: INCRA. Elaboração própria

Ao enfatizar as sub-regiões do Sul do Pará, é possível considerar que, apesar de Conceição do Araguaia possuir números inferiores ao de Marabá, nota-se um desempenho mais consistente na taxa de ocupação dos assentamentos, com crescimento



de 65,41% para 74,05% nos períodos de 1987-91 a 1992-96, chegando aos 77,11% em 1997-2000. Enquanto isso, Marabá oscila entre os períodos, com um crescimento de 76,39% para 94,39%, mas decrescendo para 83,86% posteriormente. A partir disso, pressupõe-se que, apesar dos melhores números, a execução dos projetos de assentamentos em Marabá passa a demonstrar instabilidade, levando a indagação sobre a efetividade das instituições e políticas de reforma agrária na região.

Os dados da tabela 2 sobre o número de estabelecimentos, área total, e área média por estabelecimento no Sul do Pará, demonstram um decréscimo geral na área e número de estabelecimentos na região no período de 1985 a 1995, período em que passa pelo crescimento da formação de municípios. Essa queda se dá principalmente na sub-região de Conceição do Araguaia, passando de 5.077.593 ha e 16.781 estabelecimentos para 3.789.637,26 ha e 12.931 estabelecimentos, enquanto em Marabá se tem um aumento na área e número de estabelecimentos, passando de 1.971.752 ha e 11.685 estabelecimentos para 2.917.179,10 ha e 16.053 estabelecimentos. Entretanto, apesar dessa redução em Conceição do Araguaia, a área média por estabelecimentos se mantém maior, com uma ínfima redução em comparação ao aumento da área média de Marabá, o que leva a supor uma maior concentração de terras nessa região, possivelmente centralizada nas mãos do grande capital, este ligado aos grandes latifundiários do agronegócio.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, área total (ha) e área média (ha) por estabelecimentos agropecuários em municípios do Sul do Pará, 1985 e 1995

Região	1985		1995	
	Estabelecimentos	Área total	Estabelecimentos	Área total
Sub-região Conceição do Araguaia	16.781	5.077.593	12.931	3.789.637,26
Sub-região Marabá	11.685	1.971.752	16.053	2.917.179,10
Sul do Pará	28.466	7.049.345	28.984	6.706.816,36
<b>Região</b>	<b>Área média (ha) por estabelecimentos agropecuários</b>			
Sub-região Conceição do Araguaia	302,58		293,07	
Sub-região Marabá	168,74		181,72	
Sul do Pará	247,64		231,40	

Fonte: Censo Agropecuário 1985 e 1995 (SIDRA/IBGE). Elaboração própria



É possível inferir que essa concentração, principalmente nas mãos dos grandes proprietários, é um dos motivos do aumento do desmatamento na região do Sul do Pará. Observa-se que, segundo os dados da tabela 3, houve uma redução da cobertura de floresta de 3.095.848,6 ha para 2.023.199,7 ha, de 1985 a 2000, na sub-região de Conceição do Araguaia, e de 5.948.264,9 ha para 4.743.367,5 ha, no mesmo período, na sub-região de Marabá. Essa queda da cobertura de floresta se deu, majoritariamente, pelo avanço da cobertura de pastagem, onde no mesmo período citado, Conceição do Araguaia passa de 1.283.937,4 ha para 2.427.133,4 ha, quase dobrando a área coberta, e Marabá de 976.251,3 ha passa para 2.206.054,6 ha, mais que dobrando, indicando um crescimento da pecuária, possivelmente extensiva, na região controlada por grandes fazendeiros. Tem-se esse movimento de avanço das atividades capitalistas na região indo de encontro com as atividades realizadas pelas comunidades tradicionais, que visam a harmonia entre as práticas agrícolas, pecuárias, pesca, as relações sociais e a preservação da biodiversidade local.

Tabela 3 - Distribuição (ha) da cobertura e uso do solo nos municípios do Sul do Pará, 1985-2000

Região	Conceição do Araguaia			Marabá		
	1985 - 89	1990 - 94	1995 - 2000	1985 - 89	1990 - 94	1995 - 2000
<b>Cobertura   Período</b>						
<b>Floresta</b>	3.095.848,6	2.629.251,8	2.023.199,7	5.948.264,9	4.961.854,2	4.743.367,5
<b>Savana</b>	464.076,3	454.449,6	439.355	98.620,9	82.024,6	67.099,9
<b>Pastagem</b>	1.283.937,4	1.769.525,6	2.427.133,4	976.251,3	1.444.718,6	2.206.054,6
<b>Lavoura Temporária</b>	182,5	386,0	579,3	24,4	60,9	117,7
<b>Lavoura Permanente</b>	0	0	1,4	0	0	0
<b>Silvicultura</b>	0,1	2,5	6,8	0	0	0
<b>Mosaico</b>	52.801,4	48.752,4	23.659	0	0	0
<b>Total</b>	4.896.846,3	4.902.368	4.913.934,6	7.023.161,6	6.488.658,3	7.016.639,7

Fonte: Mapbiomas. Elaboração própria

Desta forma, os dados apresentados permitem deduzir que medidas para a implementação de políticas de reforma agrária passam a ser executadas, contudo se mostra um processo evidentemente lento nos primeiros anos, e que conforme toma forma, passa por instabilidade, possivelmente resultante de conflito com o interesse do grande capital e de imperfeições na política de reforma agrária e sua aplicação. Com



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

isso, as comunidades camponesas passam a ter dificuldade de se estabelecer nos assentamentos e passam a ter as terras disponíveis para assentamentos limitadas.



### **Considerações finais**

Apesar da proposta dos PNRA de uma profunda reforma agrária e a reformulação da estrutura fundiária, tornou-se visível uma atuação das instituições que pouco fez para incomodar as oligarquias locais e o grande capital – que concentram grandes porções de terras, além de demonstrar instabilidade em sua execução, e de medidas que favoreciam uma visão mercantil da terra, o que nitidamente se afasta da relação que as comunidades camponesas têm com seu território.

Essa instabilidade em sua execução pode ser visualizada na apresentação dos dados acerca dos assentamentos, onde mesmo com o crescimento da taxa de ocupação dos PA a partir de 1997, a área ocupada por esses projetos decaiu, afetados por possíveis complexidades na ocupação das famílias e políticas pró mercado de terras, tornando a terra um ativo, o que favoreceu sua concentração na mão de poucos, como evidenciado pelo aumento da área dos estabelecimentos agropecuários, junto com o aumento considerável do desmatamento e das pastagens.

Desta forma, os camponeses, que já vinham de um intenso conflito com as elites pelo seu direito de acesso à terra, passam a compor um movimento cada vez mais organizado em prol da reforma agrária. Além do mais, evidenciaram-se como um grupo no qual seu manejo da terra, em equilíbrio com suas necessidades e a integridade da terra, estimula a manutenção ecossistema e o fortalecimento da segurança alimentar.

Sendo assim, fica questionada a eficiência das instituições em prol da reforma, mas sim na valorização do agronegócio às custas do direito à terra dos grupos camponeses. Também se urge a necessidade de ser dada a devida atenção, principalmente por parte das instituições públicas, às comunidades tradicionais amazônicas que não só sobrevivem ao avanço da fronteira capitalista, mas continuam cada vez mais se mostrando como motores da preservação do ecossistema amazônico.



## Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. *Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal*. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18629.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm)

BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. *Aprova o plano nacional de reforma agrária, PRNA, e, da outras providências*. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1985/d91766.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html).

CHAYANOV, A. V. *Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924)*. Análise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XII, tomo II, n. 46, 1976, p. 477-502.

COELHO, F. Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. *Diálogos*, v. 20, n. 2, p. 179 - 192, 2016. Disponível em:  
[Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas | Diálogos \(uem.br\)](#).

COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, F. de A; CARVALHO, H. de. Campesinato. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. et al. (Org.). *Dicionário de Educação no campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 115-122

CRISPIM, Cleidianne Novais Sousa. *Tradição e Capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital*. 2020. 303 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

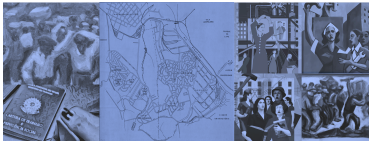
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1991-2000*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário de 1985-1995*. Rio de Janeiro: IBGE.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Projeto de assentamentos de 1987-2000*. Brasília. INCRA.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. *Assentamentos rurais na Amazônia: Contradições entre a política agrária e a política ambiental*. *Ambiente e Sociedade*, v. XIII, n. 1, p. 111-130, 2010.





XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

MARTINS, José de Souza. *O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MOREIRA, Edma da Silva; HÉBETTE, J. *Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense*. In.: GODOI, E. P. et. Al (ORGs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: Construções identitárias e sociabilidade v. 1*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PROJETO MAPBIOMAS – *Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil*. Disponível em: <https://mapbiomas.org/estatisticas>. Acesso em: 13 jul 2022.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. *Os Gigantes dos pés de barro da Reforma Agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático*. Revista NERA, v. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.